

A VIDA E O LEGADO DO CÔNEGO FRANCISCO RIBEIRO BESSA

José Nelson Bessa Maia

Resumo: *A família Bessa no Estado do Ceará, Nordeste do Brasil, sempre tratou com reverência a memória de um dos seus ancestrais, um padre católico que adotou alguns sobrinhos órfãos e deixou descendentes espalhados por todo o país. Curioso pela história, eu tentei investigar o porquê para aquele padre era tão importante justificar seu lugar na posteridade. Eu descobri que ele tinha sido um político prestigiado e ativo, responsável por criar freguesias e municípios. Ele era inteligente o suficiente para usar sua técnica verbal e intelectual para liderar seu rebanho e perseguir objetivos bem definidos. Ao contrário da maioria do seus colegas contemporâneos da Igreja Católica, o padre Francisco Bessa sempre manteve seu voto de celibato e realmente praticou caridade gastando sua fortuna para ajudar os necessitados, especialmente aqueles de sua própria família. Os últimos anos de sua vida foram devotados à emancipação de seu torrão natal em termos de autonomia municipal e ajudar seu sobrinho-neto a quem ele entregou ainda em vida a maior parte do seu espólio.*

Abstract: *The family Bessa in the State of Ceará, Northeast Brazil, always treated with reverence the memory of one of its late members, a catholic priest who had adopted some orphan nephews and then given rise to descendants spread throughout the country. Curious about such a story, I tried to investigate why that priest was so much important as to justify his place in posterity. I found out that he had been a prestigious and active politician responsible for creating parishes and municipalities. He was smart enough to use his verbal skills and intellect to lead his flocks and pursue well definite objectives. Contrary to most of his contemporary colleagues in the Catholic Church, priest Francisco Bessa always kept his vow of celibacy and really practised charity by spending his personal wealth to support the needy, specially those of his own family. The last years of his lifetime were devoted to emancipate his new dwelling place in terms of municipal autonomy and support his favorite grandson-nephew on whom he bestowed still in life most of his assets.*

1. Introdução

A família Bessa no Ceará, da qual faço parte, transmitiu oralmente de geração em geração a reverência a um de seus membros, um sacerdote,

cujo grande mérito aparentemente fora o de ter amparado alguns sobrinhos órfãos e, assim, permitido a reprodução de uma descendência hoje espalhada pelo País afora. Tratava-se do Cônego Francisco Ribeiro Bessa, prelado de grande compaixão e compostura, atributos tão escassos no clero católico brasileiro do século passado. Desde criança, a persistência na memória familiar, ainda que vaga e fragmentária, de tal personagem ao longo de tanto tempo aguçou-me a curiosidade de obter mais informações sobre o mesmo e de entender o que realmente ocorrera no passado remoto a ponto de justificar a longevidade de sua presença na tradição oral. Por mais que eu me esforçassem em colher elementos junto aos familiares mais idosos, nada conseguia senão relatos esparsos e incoerentes. Decidi então pesquisar o assunto de forma científica e rigorosa utilizando os métodos de investigação da moderna genealogia.

O Padre Bessa nascera no início da independência política do País, cresceu em meio à agitação e a rebeldia que caracterizaram o 1º Reinado e o período Regencial e testemunhou a intensa transformação trazida pelo avanço do capitalismo brasileiro na segunda metade do Século XIX, que trouxe como consequência, no Ceará, a decadência econômica e política do sertão e a emergência do predomínio das áreas urbanas litorâneas, no caso Fortaleza, impulsionadas pela centralização do comércio de algodão. Além disso, o Padre Bessa foi sacerdote em uma época em que vigia o Padroado, no qual a Igreja era considerada uma repartição pública, subordinada em sua administração ao Estado, sendo o clero considerado funcionário público, com escolha ou processos de criação de paróquias e dioceses sendo iniciativa do poder público, para posterior homologação da Santa Sé. Integrado numa sociedade assim, o clero brasileiro comungava com as peculiaridades. No dizer de Sodré (1998, pp. 115),

“ O clero adaptava-se aos costumes frouxos, tanto mais que era composto de homens saídos do caldeamento racial. Padres possuem filhos e casas, manterem mulheres, entregarem-se à devassidão devia ser o panorama comum e vulgar, público e notório. Eles viviam o seu tempo”.

Por outro lado, numa sociedade rural iletrada, os padres constituíam, sob todos os pontos de vista, um campo fértil à sementeira da rebeldia e à ação política, para a qual estavam intelectualmente aptos e armados.

O Padre Bessa soube muito bem levar vantagem da eloquência, aprendida no Seminário e exercitada no cotidiano. Na vida estreita e vazia

do lugarejo e do município sertanejo, ele percebeu como muitos outros de seus colegas que o padre é mais do que um guia de seu rebanho, pode ser até o chefe dos seus fiéis. Certamente notou que o clero podia servir para consolidar a classe média então incipiente e fortalecer a elite ilustrada que substituíra gradualmente a inculta elite agrária. E os padres faziam parte da elite letrada. Eram os homens eminentes do tempo, pois liam, estudavam e discutiam. Favorecia-lhes ainda a relativa dissociação com a classe social, visto que muitos padres eram de origem humilde e até mesmo mestiços. Sendo ele próprio descendente de um clã de grandes proprietários de terra e gado, que empobrecia pelo declínio da atividade pecuária e o excessivo crescimento da prole, compreendeu a necessidade de ampliar as oportunidades de ocupação remunerada em repartições públicas instaladas no interior. Daí a obstinação com que se dedicou na política à transformação de povoados em vilas e cidades.

Após dois anos de intensa pesquisa, julgo ter conseguido devassar supostamente a essência da vida do Cônego Bessa e tido acesso a uma razoável gama de documentos das mais diversas fontes que permitem elucidar com clareza os méritos e deméritos do personagem, assim como descobrir outras razões que explicariam a perpetuação da sua memória decorridos quase 110 anos de sua morte. Pela importância afinal comprovada do Cônego Bessa para a continuidade no tempo de grande parte da família no Ceará e mesmo no Brasil é que achei por bem divulgar esse achado para um público mais especializado de genealogistas e de pessoas interessadas na empolgante tarefa de buscar entender um pouco a História sob o prisma da história das famílias.

2. Efemérides do Cônego Bessa

O Padre Francisco Ribeiro Bessa nasceu na fazenda Alagoa dos Bois, na povoação de Alto Santo da Viúva (atual Município de Alto Santo), Vila de São Bernardo das Russas, na Província do Ceará, no dia 12 de novembro de 1823, filho de Joaquim Ribeiro Bessa e de Dona Maria Izabel de Holanda. Descendia, pois, da família dos Ribeiros Bessas/ Holandas Cavalcantes, que haviam sido um dos clãs desbravadores do vale do rio Jaguaribe no sertão cearense por ocasião da efetiva ocupação das primeiras sesmarias

que se seguiram às guerras de extermínio dos ferozes índios primitivos que habitaram o território da Capitania no início do século XVIII.¹

Conforme transcrito de seu assento de batismo, o Padre Bessa foi batizado na Vila de São Bernardo das Russas:

“Francisco, branco, filho legítimo de Joaquim Ribeiro Bessa e de Maria Izabel, moradores nesta Freguesia de Russas, foi batizado com os santos óleos, na Capela de Nossa Senhora das Brotas, pelo Reverendo Vigário José Bernardo da Fonseca Galvão, aos 29 de dezembro de 1823. Forão seus padrinhos Manuel Ribeiro Bessa, por procuração que apresentou Ignacio Ribeiro Bessa, e Antonia Camelo de Holanda. Do que para constar, mandei fazer este assento. José Bernardo da Fonseca Galvão, pároco”. (Arquivo Diocesano de Limoeiro, Livros de Assentos de Batizados, Freguesia de S. Bernardo das Russas, fl 123v).

Com efeito, Francisco foi o filho mais novo de um total de nove filhos sobreviventes, estando seu pai com 43 anos quando de seu nascimento. Tanto era assim que seu irmão Ignacio (então com 18 anos) foi escolhido como padrinho, tendo sido representado pelo irmão Manoel.

Durante sua infância e adolescência, passadas na localidade de Limoeiro, distrito da então Vila de São Bernardo das Russas (atual cidade de Russas), o sertão circundante foi sacudido por revoluções (a Confederação do Equador de 1824 e a Sedição de Pinto Madeira de 1831-32), diversos levantes e motins de tropas, banditismo (pistolagem) generalizado, conflitos violentos durante as eleições legislativas e saques de vilas e povoações por bandos armados, como foi o caso de São Bernardo das Russas e Aracati (ambos em 1840) e duas grandes estiagens (1825 e 1845) que arruinaram os rebanhos de gado bovino (a principal riqueza da região) e causaram epidemias (febre amarela), mortes e êxodo rural desordenado.² Tais acontecimen-

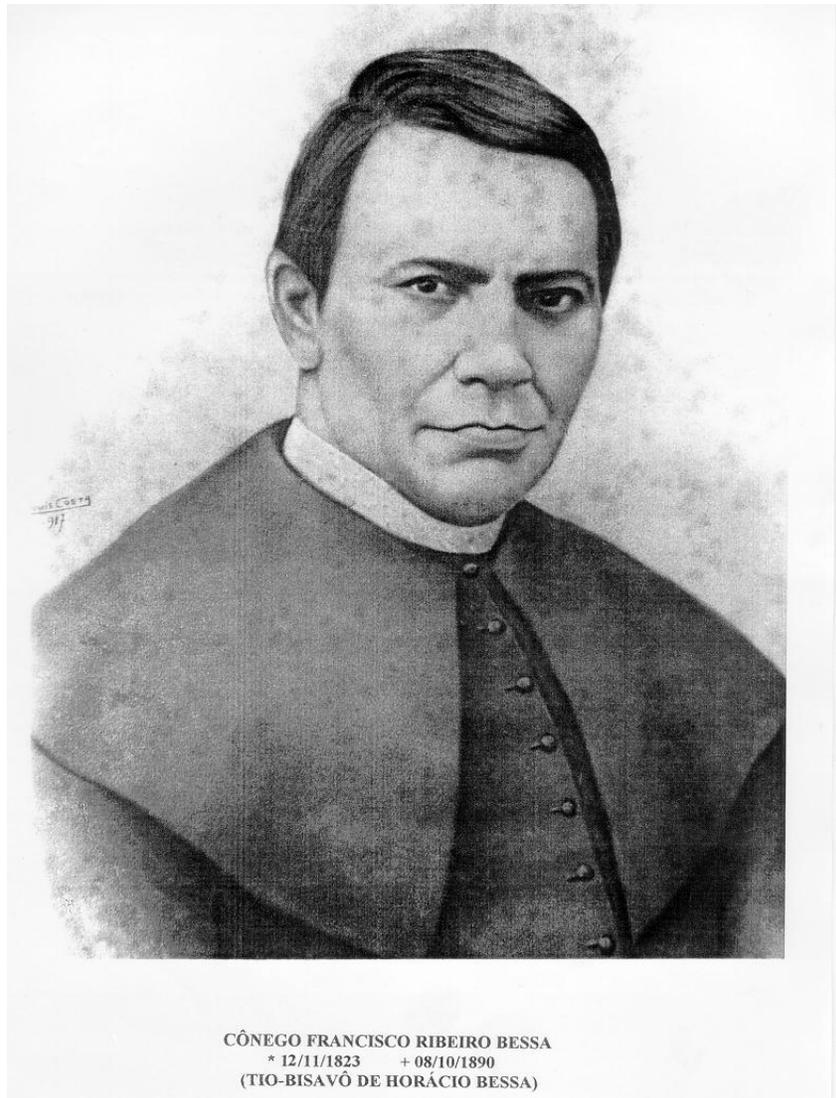
¹ Segundo o historiador Antonio Bezerra (1918, pp.108), após o extermínio dos índios Paiacus e a farta distribuição de sesmarias a partir de 1678, o rio Jaguaribe até suas nascentes já estaria conhecido e mais ou menos povoado com sítios e fazendas, que ocupavam grandes extensões de terreno. Conforme Castello Branco (1997, pp.67), o português Manoel Ribeiro Bessa (ancestral do Cônego Bessa), proveniente de Olinda, se estabeleceu na ribeira do Jaguaribe em 1728 mediante compra do sítio Joaseiro que pertencera ao sesmeiro original Manuel Carneiro da Cunha, dono da 10^a Data demarcada em 1708.

² O cronista Thomaz Pompeu de Sousa Brasil registrou no seu Ensaio da Província (publicado originalmente em 1864) que no ano de 1825 [houve] “*grande seca assoladora*

tos devem ter sido fatos marcantes para o jovem Francisco que, como testemunha ocular, vivenciou na carne a insegurança e a instabilidade a que estava sujeito o sertão jaguaribano e o Ceará como um todo durante o Primeiro Reinado (1822-1831), o Governo das Regências (1831-1840) e a década inicial do Reinado de Dom Pedro II.

Por não lhe apeterem as atividades de fazendeiro (criatório de gado) e de armas (Guarda Nacional ou Milícias), que tinham sido os principais misteres de seus ancestrais (desde o bisavô português o sargento-mor Manoel Ribeiro Bessa, estabelecido na ribeira do Jaguaribe), Francisco decidiu-se pela carreira eclesiástica. Para essa decisão parecem ter contribuído dois fatos: o primeiro foi a morte do Padre Manoel Ribeiro Bessa de Holanda Cavalcante (primo de seu pai, Joaquim) em 16-ABR-1839, que havia se destacado mais por suas incursões na política e no desrespeito sistemático ao celibato clerical do que por sua atividade pastoral ou pretensões de santidade.

em toda a província, cujos efeitos agravados com os da Revolução de 1824 e da peste, causaram uma grande mortandade na população”. Quanto a 1845, ele afirma que “ocorreu grande seca em toda a Província, falta de víveres, principalmente farinha e legumes. O Governo manda socorros em grande quantidade, bem como as Províncias vizinhas. Chegam (porém) eles um pouco tarde”.



CÔNEGO FRANCISCO RIBEIRO BESSA
* 12/11/1823 + 08/10/1890
(TIO-BISAVÔ DE HORÁCIO BESSA)

O desaparecimento do ilustre parente deixou a família Ribeiro Bessa sem representantes no clero, uma instituição de grande prestígio e promissoras possibilidades de ascensão na política provincial. O segundo acontecimento foi o contato do jovem Francisco com o Bispo de Pernambuco, Dom João da Purificação Marques Perdigão, que viera ao Ceará no ano de 1839 para vistoriar o comportamento dos párocos do sertão. O Bispo, cuja jurisdição então incluía os territórios de Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, percorreu por terra 133 léguas (800 km) de Recife a Fortaleza, tendo passado duas vezes pela povoação de Limoeiro, onde residia o jovem Francisco. Perto dali, em Tabuleiro da Areia, Dom Perdigão tonsurou dois candidatos ao sacerdócio, um deles sobrinho do Padre Vicente Rodrigues Vasconcelos da Silva, primeiro padre a se fixar em Limoeiro.³

Em vista do desejo de seguir a vocação, Francisco teve de recuperar o atraso nas letras e se mudou para a Vila de São Bernardo das Russas, sede do Município, para estudar. Ele se hospedou na casa do irmão Ignacio Ribeiro Bessa, seu padrinho de batismo, que era uma personalidade influente na política local. Concluídos os estudos básicos, Francisco foi estudar latim com o Pároco de Russas, padre Joaquim Domingues Carneiro. Nesse ínterim, seu irmão Ignacio ascendia na política, sendo eleito deputado para a Assembléia Provincial nas legislaturas de 1844-1845 e 1846-1847.⁴ Ignacio também era oficial da Guarda Nacional em Russas. Apesar de seu partido ter perdido as eleições legislativas de 1847 e Ignacio ser demitido da Legião da Guarda Nacional em Russas no final daquele ano, ainda assim ele consegue se eleger, no ano seguinte, vereador da Câmara da Vila, mantendo seu prestígio político.

Aos 25 de setembro de 1849, com 25 anos, Francisco solicita ao Pároco de Russas, Padre Joaquim Domingues Carneiro (vigário de 1843-1867) que o apresente como candidato a padre, afirmando estar pronto para ingressar no Seminário. Tudo indica que ele já obtivera a habilitação de *genere et*

³ Para a descrição detalhada da visita do Bispo de Pernambuco ao Ceará em 1839 ver Oliveira Lima (Na Ribeira do Rio das Onças, 1996, p. 208-210), assim como Bezerra Bessa (A Antiga Freguesia do Limoeiro: Notas para sua História, 1998, p.40).

⁴ A comprovação dos dois mandatos de Ignacio Ribeiro Bessa como deputado provincial na década de 40 do século XIX pode ser encontrada pelo historiador Raimundo Girão em um de seus livros (Evolução Histórica do Ceará, 1986, pp. 310-311), em que trata acerca dos parlamentares do regime monárquico no Ceará. A mesma fonte também comprova os quatro mandatos que foram exercidos pelo Padre Francisco Ribeiro Bessa.

moribus pois o Pároco de Russas lhe atesta “ *a conduta, assim civil e religiosa, tanto no tempo em que esteve em companhia de seus pais como enquanto residiu nesta Vila, freqüentando os estudos de latinidade*”.⁵ Em seguida, Bessa segue para Recife e cursará por três anos o famoso Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça de Olinda, de tendência liberal, aberto em 1800 pelo então Bispo de Pernambuco Dom Azeredo Coutinho. Ele se ordenou no final de 1852, e, já em novembro daquele ano, seu nome aparece assistindo a um casamento na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Russas (conforme registrado no Livro Paroquial nº 4, folhas 167 verso).

No período de 1853 e 1860, na posição de sacerdote sem paróquia, o Padre Bessa dividiu seus afazeres entre a religião em Russas (auxiliando o Pároco) e a administração de seus bens pessoais em Limoeiro. Ademais, a morte de seu pai Joaquim, no final de 1851, lhe deixara a incumbência não só de cuidar de sua mãe, Maria Izabel, como de tomar conta do espólio, que incluía imóveis (inclusive o sítio Joaseiro dos Bessas em Tabuleiro da Areia), escravos e gado. A tarefa de preparar a partilha da herança paterna foi assumida pelo próprio Padre Bessa, conforme evidenciado pelo ato de abertura do processo aos 6 de março de 1854 (registro tombado no Fórum de Russas). O inventário foi concluído três anos depois, sendo os bens avaliados em 6.400\$380 (seis contos e quatrocentos mil e trezentos e oitenta réis). Descontando-se as dívidas para com terceiros e as colações (antecipações de herança em vida do *de cujus*), assim como a parte da meeira, coube a cada um dos sete filhos a quantia de 508\$754 (quinhentos e oito mil setecentos e cinquenta e quatro réis). Como era costume, para reduzir o ônus do imposto de transmissão a pagar, o valor de avaliação dos bens arrolados era uma fração de seu valor de mercado, de modo que o patrimônio real devia ser pelo menos duas vezes maior do que a cifra declarada.

No entanto, os afazeres domésticos de Padre Francisco não o impediam de manter-se bem informado sobre as novidades da Corte e os rumos da política na Província. A Vila de Russas crescia e aumentava sua influência na Assembléia Legislativa. Essa importância crescente trouxe para lá a instalação de mais um batalhão da Guarda Nacional (Decreto nº 1475, de 10-MAIO-1853). Era o 9º de Infantaria e tinha seis Companhias. A propósito, um irmão do Padre Bessa, Joaquim Ribeiro Bessa, seria nomeado Alferes

⁵ Ver, a propósito, transcrição feita por Monsenhor João Olímpio Castello Branco em *O Limoeiro da Igreja* (1997, p. 67).

porta-bandeira daquele Batalhão por Portaria de 20-JAN-1857. Em 9-AGO-1859, o Presidente da Província Antônio Marcelino Nunes Gonçalves assina a Lei nº 900 que eleva Russas à categoria de cidade. O progresso da urbe justificava, mas foi a iniciativa obstinada dos deputados da região que fez aprovar a Lei na Assembléia.⁶ Como observador atento, o Padre Bessa logo percebeu que Limoeiro também progredia rapidamente e começou a fazer planos para acelerar a emancipação daquele Distrito em relação a Russas.

Um fato auspicioso foi a instalação da Diocese do Ceará em Fortaleza em 16-JUN-1861 e a posse do primeiro Bispo Dom Luiz Antonio dos Santos, natural do Rio de Janeiro. Doravante, não se dependeu mais de decisões tomadas em Pernambuco. A maior proximidade da cúpula eclesiástica com a realidade local tornava mais fácil o processo de criação de freguesias e de nomeação de párocos. Com isso, o Padre Francisco começou a trabalhar na surdina para obter apoio à criação de uma freguesia (paróquia) para Limoeiro, primeiro passo rumo à autonomia municipal. Aproveitando a base política herdada de seu irmão Ignacio recentemente falecido e com a bandeira de uma Freguesia para Limoeiro, ele consegue votos suficientes para se eleger deputado provincial do Partido Conservador (o chamado Partido Caranguejo) pelo 1º Distrito Eleitoral (do qual Russas fazia parte) nas eleições de 1861.⁷ Nos dois anos seguintes, ele exercerá o mandato em Fortaleza, ocasião que aproveita para ampliar seu relacionamento no meio político e eclesiástico da capital. O Governo da Província estava nas mãos de José Bento da Cunha Figueiredo Júnior (MAIO-1862 a FEV-1864), cuja administração pífia foi marcada apenas pelas providências inócuas contra a epidemia de cólera-morbo (que matou pelo menos 11.000 pessoas) e a instalação dos sistemas de abastecimento d'água por chafarizes e iluminação pública (a

⁶ Segundo o cronista (1864, p. 61), na sua elevação à cidade, Russas “era pequena, sentada à margem do braço do Jaguaribe e tinha 171 casas térreas espaçosas e elegantes, habitadas por 872 pessoas”. O Município como um todo tinha 19.011 habitantes, dos quais 2.000 cativos, estando computados no total os 3.073 moradores do distrito de Limoeiro.

⁷ No sistema do voto censitário então em vigor no Império, o número de eleitores por Freguesia de colégio eleitoral era muito pequeno. No caso da cidade de São Bernardo, apenas 32 eleitores foram registrados pelo Decreto nº 2.635, de 5-SET-1860, justamente os cidadãos que tinham uma renda líquida anual comprovada de pelo menos 400\$000 e, por sua vez, eleitos pelos cidadãos votantes na razão de 30 votantes por cada eleitor. Para os candidatos a deputado provincial os requisitos eram professar a religião do Estado (catolicismo), ter mais de 25 anos e auferir uma renda líquida anual de 800\$000. Isso significava que só os abastados podiam postular o Parlamento provincial.

gás) e pavimentação de ruas na capital cearense que contava então com pouco mais de 21 mil habitantes.

Francisco consegue seu intento e a Freguesia de Limoeiro é criada, desmembrada da de Russas pela Lei Provincial nº 1081 sancionada pelo Presidente José Bento da Cunha em 4-DEZ-1863. A Lei foi homologada sem dificuldades pelo Bispo Dom Luiz Antônio dos Santos aos 19-JAN-1864, data também da provisão de nomeação do primeiro Vigário da nova Freguesia, no caso o próprio Padre Francisco Ribeiro Bessa. No entanto, a aprovação da Lei havia transcorrido em um clima de muita polêmica devido às acusações de troca de favores entre os deputados e o Presidente da Província. O Jornal de Fortaleza “O Cearense”, de tendência liberal (ou Chimango), referiu-se muitas vezes ao assunto conforme o editorial de 11-FEV-1862:

“... A política, ou antes o espírito de facção, que serve em nosso paiz para apadrinhar todas as cousas ruins, tem feito dever, subdever e alterar limites de freguesias todos os annos, conforme o interesse, que d'ahi resulta para os chefes que derigem a nossa insciente Assembleia Provincial”.

Na edição de 27-OUT-1863, o mesmo Jornal afirma:

“...Não contestamos a utilidade de criação de algumas freguesias; por vezes mesmo temos apresentado a necessidade de uma alteração nas circunscripções eclesiásticas, que torne as parochias novas convenientes ao povo, ao fim espiritual de sua criação e sem prejuizos dos interesses temporais, [no entanto] deploravel systema é este de tornar-se a Assembléa o instrumento de vinganças politicas e de interesses particulares. Infelizmente, o Sr. José Bento não comprehende este papel [de guardião do verdadeiro interesse da Provincia], e nem se quer colocar a sua altura.”

Tão logo terminado o mandato parlamentar, o Padre Francisco volta a Limoeiro prestigiado como seu primeiro pároco. No entanto, os adversários políticos não se conformavam com a sua vitória e conspiraram para reverter o quadro. Por força dessas injunções, o novo Presidente da Província Lafayette Rodrigues Pereira (ABR-1864 a MAIO-1865) sancionou a Lei nº 1.118, de 8-NOV-1864 ordenando a transferência da sede da Freguesia de Limoeiro para São João do Jaguaribe, povoação menos populosa e mais pobre situada ao sul de Limoeiro. O Padre Francisco reagiu e convenceu o Bispo a não proceder a transferência em virtude da falta de condições mínimas,

inclusive de Igreja, para instalar a Paróquia.⁸ A postergação no cumprimento da Lei se estendeu até setembro de 1868, quando a transferência da Freguesia foi afinal efetuada. O Padre Francisco reagiu candidatando-se outra vez para a Assembléia Legislativa para lutar pelo restabelecimento da sede da Paróquia. Foi eleito para o mandato de 1870-71.

Em sua operosa atividade no Parlamento Provincial, o Padre Bessa logrou duas grandes vitórias. A primeira delas foi a aprovação da Lei nº 1358, sancionada, em 4-NOV-1870 pelo então Presidente João Antônio de Araújo Freitas (JUL-1869 a DEZ-1870) que restabeleceu a Lei de criação da Freguesia de Limoeiro e determinou o retorno da sede da mesma para o Distrito. Em fevereiro do ano seguinte, o Bispo Dom Luiz dos Santos ratificou a nova Lei e informou o imediato cumprimento de sua disposição. O Padre Francisco, animado pelo resultado e com o apoio de seus eleitores logo se empenhou em alcançar a tão esperada emancipação de Limoeiro. Os debates legislativos foram inflamados pois lideranças de outros distritos (no caso Morada Nova e São João de Jaguaribe) também buscavam a autonomia municipal para suas localidades.

Para defender sua tese a favor de Limoeiro na Assembléia Provincial, o Padre Bessa demonstrou com números que o critério de tamanho urbano e importância como povoação favoreciam Limoeiro para sediar a nova Vila. Mesmo o critério de localização central, com conseqüente melhor comunicação, privilegiava outros distritos (entre os sete de Russas) que não Morada Nova. Conforme registrado nos Anais da Assembléia Legislativa do Ceará (ano de 1870), assim se expressou o Padre Bessa:

“... Sr. Presidente, tendo de votar contra o projeto em discussão, peço a palavra para dar à casa as razões porque assim procedo. O Município de São Bernardo [das Russas], esse termo composto de sete distritos, tem necessidade de ser dividido, já que para o serviço público seja feito com mais faci-

⁸ Isso foi confirmado oficialmente pela carta do Monsenhor Hipólito Gomes Brasil, Vigário Geral da Diocese do Ceará ao presidente da Província em 24-JUL-1865, em que dizia “...a Resolução Provincial não teve ainda execução por haver o Sr. Bispo, em atenção ao estado de ruína e quase abandono em que se acha, não só a povoação, mas ainda a própria Igreja de São João de Jaguaribe, sustado a trasladação canônica da sede da Freguesia até que os paroquianos respectivos façam, como pretendem, os reparos de que carece a sobredita Igreja de modo poderem se celebrar nela os atos divinos com segurança, comodidade e decência exigidos pelos sagrados Cânones”, transcrita em Bezerra Bessa (1998, p. 58-59).

lidade, já para que a sua ação seja mais vigorosa, mas não vejo que prepondera a favor de Morada Nova para que seja a sede do novo município que por ventura tenha de criar-se”. “... Em relação à importância e grandeza, é inquestionável a povoação de Limoeiro, o mais importante de todos os povoados do município depois da cidade de Russas”. “.. Além disso, Sr. Presidente, a sede do novo termo, que porventura haja de criar-se na povoação de Morada Nova traz consigo um grave inconveniente [pois] esta povoação fica plantada à margem esquerda do rio Banabuiú, a meia légua de distância, fica ao norte do termo, segundo risco traçado pelo projeto, ficando todo o termo para a parte do sul, e este terreno é cortado pelos rios [tais e tais], de sorte que aquelas pessoas que tenham de transportar-se à sede do município para tratar de negócio do serviço público, encontrarão grande dificuldade nos obstáculos que na estação invernosinha lhes hão de opor os rios quando nestes não há canoas para os seus transportes”. “.. Estas são as considerações que me fazem votar contra o projeto”.

Conforme assinala Nobre (1976, p.180), “...embora a intenção do deputado vigário de Limoeiro fosse defender os interesses da povoação onde tinha a sua Matriz, seus argumentos procediam, em vista do projeto pretender para a área territorial do termo a ser criado uma delimitação contrária, tanto às características físicas da região, quanto a suas características de formação desde os primórdios de povoamento até aquela época. No próprio instante em que o projeto a favor de Morada Nova era dasaprovado, já em terceira discussão por insistência do padre Bessa, outro projeto de lei apresentado à Assembléia Legislativa tramitava rapidamente e os deputados aprovavam-no, cujos autógrafos foram remetidos à Presidência da Província, dando origem à referida Lei de criação da Vila de Limoeiro”. Assim, após muita articulação com seus 31 colegas deputados, ele conseguiu aprovar a Lei nº 1402, sancionada aos 22 de julho de 1871 pelo então Presidente José Antônio Calazans Rodrigues (Barão de Taquari), segundo a qual Limoeiro era elevada à Vila, ganhando a tão acalentada autonomia municipal de Russas. Além desse grande feito, o Padre Bessa tinha conseguido aprovar a Lei nº 1345, de 7-OUT-1870 que criou o Distrito de Paz no povoado de Alto Santo da Viúva, localizado próximo a Limoeiro e torrão natal do próprio Padre. Nesse pormenor, ele fora apoiado pelo Capitão Simplício de Holanda Bezerra, potentado local que iniciara, em 1866, com a sua benção e o apoio dos irmãos do Padre, Antônio e Joaquim Ribeiro Bessa, a construção da Capela do Menino Jesus de Alto Santo, embrião da futura paróquia.

O sucesso do Padre Bessa na luta pela emancipação de Limoeiro foi de tal modo reconhecido por seus paroquianos e, principalmente pela elite

local, que ele concorreu novamente nas eleições de 1871, elegendo-se para seu terceiro mandato (biênio 1872-73). Como prova de seu prestígio, em 12-JAN-1873, o Presidente da Província, Francisco de Assis Oliveira Maciel (DEZ-1872 – AGO-1873) oficia ao 1º Ministro do Império indicando o nome do Padre Francisco Ribeiro Bessa para ser condecorado com a insígnia de “Cavaleiro de Cristo” por seus relevantes serviços prestados à população de Limoeiro durante a epidemia de cólera em 1862. Na verdade, a Ordem de Cristo constituía um dos instrumentos do chamado Padroado brasileiro que visava a assegurar ao clero manutenção segura e condigna arrecadando recursos para as cômputas pagas ao clero. A Ordem fora regulamentada, em 1843, como decoração leiga e estatal e conferia a seus detentores enorme prestígio social e distinção honorífica.

Instalada a Vila de Limoeiro em 1873 e seguro de suas realizações no campo da política, o Padre Bessa utiliza sua influência como parlamentar para atrair melhoramentos a Limoeiro. Assim, ele escreve ao Presidente da Província, João Wilkens de Matos (JAN a OUT-1872) dando conta do precário estado das cinco igrejas existentes na Freguesia (Matriz, São João de Jaguaribe, Livramento, Alto Santo e Tabuleiro da Areia). Na carta, de 01-JUN-1872, ele diz que “...*estas capelas edificadas por um povo pobre, somente às expensas de seus sacrifícios, merecem atenção dos poderes competentes*”.⁹ As sucessivas gestões junto ao Governo Provincial surtiam efeito, pois desde o ano anterior, a Matriz de Limoeiro recebia recursos para sua conclusão conforme atesta a Portaria de 17-OUT-1871 nomeando o Padre Bessa, seu coadjutor Padre Alexandre de Araújo Salles e o capitão João Ennes da Silva membros da Comissão de Obras em Execução na Vila de Limoeiro.

Na mesma missiva acima mencionada, o padre Bessa ainda se refere aos cemitérios da Paróquia restritos apenas ao de Limoeiro (assim mesmo recentemente inaugurado), visto que nas capelas filiais

“... ainda continua o deplorável uso dos enterramentos em seu interior, sendo muito para desejar que o Poder Legislativo vote verbas para a construção de cemitérios, a fim de que o povo, animado com a cooperação do governo, trate de sua ereção, para que desapareça um costume tão pernicioso”

⁹ Com relação à Igreja Matriz de Limoeiro, as evidências indicam que houve entre 1866-68 uma série de reformas na pequena Capela de Nossa Senhora da Conceição (construída em 1845) que redundaram na atual Catedral de Limoeiro. Na posição de Vigário, o Padre Bessa certamente teria liderado a luta para angariar fundos para as obras.

cioso à decência dos templos e à higiene pública, condenada como um verdadeiro anacronismo, perfeitamente em contradição com o progresso e civilização dos tempos presentes”.

Em outra carta ao Presidente Francisco de Assis Oliveira Maciel (DEZ-1872 a AGO-1873), o Padre Bessa diz”...o patrimônio desta Matriz consta de 50 braças de terra, com uma légua de fundo, na margem oriental do rio Jaguaribe, onde se acha edificada a mesma Matriz”. Decerto tratava-se de mais uma reivindicação do Padre Bessa para a sua Freguesia.

As solenidades de instalação da Vila de Limoeiro se deram em 30-JUL-1873, tomando posse na oportunidade os sete novos vereadores da Câmara Municipal sob a presidência de João Ennes da Silva, correligionário e amigo do Padre Bessa. Na primeira sessão legislativa, como era praxe da época, eram escolhidos os ocupantes dos poucos e disputados cargos remunerados do poder civil local. Coube ao Padre Bessa acumular a função de promotor adjunto. Como decorrência do *status* municipal, foram instalados ainda em 1874 o termo judiciário, a delegacia de polícia, o cartório público (tabelião), as coletorias de rendas provinciais e de rendas gerais, agência dos correios e cadeiras de ensino primário para meninas. Depois (durante a terrível seca de 1877-79) seriam construídos os prédios da Câmara Municipal e o mercado público. Com essas melhorias urbanas, Limoeiro passava a atrair mais população e começava a disputar com Russas a supremacia no Vale do Jaguaribe. Em 1872, o Censo Populacional registrou 12.478 habitantes no município.

Em julho de 1872, o Bispo Diocesano Dom Luiz Antônio dos Santos em inspeção pastoral ao interior prestigiou o Padre Bessa visitando Limoeiro após percorrer a Freguesia de Russas onde paroquiava o Padre Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (de 1867-1873), um grande apóstolo, que logo viria a ser nomeado o 8º Bispo de São Paulo. A propósito, em novembro do mesmo ano, o Padre Bessa e o Padre Lino fazem juntos a benção do cemitério de Tabuleiro da Areia, que fora concluído graças aos esforços de persuasão junto ao Governo Provincial. Todavia, apesar dos sucessos e das melhorias conseguidas para Limoeiro, o Padre Bessa não se iludia. Ele percebia claramente que o sertão jaguaribano perdia espaço para a capital Fortaleza na disputa econômica. A ligação de seu porto a Liverpool pelo primeiro navio a vapor da Companhia *Booth Steam Co. Ltd.* (em 1866) e a instalação dos trilhos da primeira Ferrovia cearense (a Estrada de Ferro Fortaleza-Baturité), inaugurada em julho de 1873, atraíam para a capital casas comerciais inglesas e

francesas. Aquela cidade antes acanhada e inerte ganhava ares de prosperidade e de agitação urbana. As locomotivas fumegantes passavam a trazer-lhe o algodão e o café das serras de Uruburetama, Maranguape e Baturité, celeiros que supriam as demandas do mercado externo e das outras províncias. Multiplicavam-se os sobrados e as casas burguesas, com fachadas artísticas, com varandas ou balcões de ferro.¹⁰

Enquanto isso, a Vila de Aracati, na desembocadura do rio Jaguaribe, cuja aristocracia já ostentara opulência graças ao comércio dos produtos do criatório do gado (carne seca, couros e peles) proveniente do sertão jaguaribano e ao transporte de mercadorias (2000 carros de bois ao ano) entre o porto e o sertão do Icó, via-se em processo de visível declínio. A grande riqueza do Ceará que fora a pecuária desde os tempos da colonização portuguesa estava definitivamente suplantada pelo ouro branco da cotonicultura e os produtos de lavoura nas terras férteis das serras. Toda uma época ficava para trás e o predomínio do litoral sobre o sertão figurava-se como algo inexorável. Diante da perda de importância relativa na economia provincial, restava ao sertão articular-se politicamente para garantir ao interior semi-árido o acesso às melhorias de infra-estrutura que trouxessem as facilidades da vida moderna que afluíam à Fortaleza. Nessa perspectiva, com uma plataforma pró-ativa, o Padre Bessa disputou mais uma vez as eleições de 1875, ganhando com dificuldade a cadeira de deputado para o seu quarto (e último) mandato.

Na capital, ele pôde observar com mais clareza as transformações em curso e evidenciar os sinais de enriquecimento e de sofisticação urbana. A política, no entanto permanecia a mesma, com o clientelismo habitual e a sucessão de Presidentes fracos e sem compromisso com a Província, apenas preocupados em assegurar trampolim para futura cadeira na Câmara de Deputados no Rio de Janeiro. Foi nessa oportunidade de escassa ação parlamentar que o Padre Bessa conheceu o Município de Cascavel nas proximidades da capital. Ele sentiu-se particularmente atraído pela localidade de Lucas (atual Beberibe), situada no então distrito de Sucatinga. O clima ameno e a proximidade do mar, assim como a bela Igreja de Jesus, Maria, José reformada e benzida em 5-SET-1875 pelo seu colega vigário de Cascavel,

¹⁰ Para análises instigantes sobre a crescente hegemonia de Fortaleza sobre o Sertão, a partir da década de 60 do século XIX, ver Girão (1979, p. 101-106) e Lemenhe (1991, p. 17-20)

Laurino Ferreira Douettes, chamaram a atenção do Padre Bessa. Por outro lado, ele sentia que sua missão em Limoeiro já estava completa e que doze anos à frente dos destinos da Paróquia já bastavam. Ele procurou a Cúria Diocesana e manifestou o seu interesse em assumir uma posição na Freguesia de Cascavel ainda antes de deixar a cadeira de deputado provincial. Seu pleito foi atendido e ele foi nomeado coadjutor (vigário substituto) na Vila de Cascavel por ato de 10-ABR-1876. Mesmo saindo de sua Paróquia, ele conseguiu efetivar seu coadjutor em Limoeiro, Padre Joaquim Rodrigues de Menezes e Silva, como pároco de Limoeiro em fevereiro do mesmo ano.

No entanto, enquanto o padre Bessa assumia as suas funções de coadjutor na Freguesia litorânea, uma verdadeira tragédia assolou a Província do Ceará: a terrível seca de 1877-79. A crônica falta de água arrasou a lavoura sertaneja e dizimou o gado, destruindo da noite para o dia a fortuna dos fazendeiros e empurrando para as cidades e povoações costeiras hordas de famintos e esfarrapados camponeses. Imagine-se a situação de Fortaleza uma cidade de 25 mil habitantes em 1876, que passou a abrigar 160 mil dois anos depois, levando ao colapso os poucos serviços urbanos então existentes e causando a morte de milhares de flagelados. Segundo atesta Carvalho (1988, pp. 194-195), “...foi o Ceará a Província nordestina onde realmente morreu mais gente em consequência da seca de 1877-79. Segundo as anotações de Rodolfo Teófilo (médico e testemunha ocular da calamidade), morreram no Ceará 128.299 pessoas naquele período e 54.927 pessoas emigraram para a Amazônia, trazendo como resultado um declínio expressivo na população total contabilizada em 721 mil habitantes no Censo Demográfico de 1872”. A severidade do fenômeno climático, as deficiências sanitárias e o despreparo e negligência dos poderes constituídos foram os grandes responsáveis pela tragédia. A incompetência da administração provincial do Desembargador Caetano Estelita Cavalcante Pessoa (JAN a NOV-1877) agravou os efeitos nocivos da estiagem sobre a economia e a população.

Nas palavras de Aragão (1994, p. 154), “... logo em abril de 1877, começaram a chegar [a Fortaleza] os contingentes de famintos e já caracterizados pelo estigma da miséria. Homens de expressão cadavérica, mulheres de corpo emurchecido e crianças estioladas e a dar impressão de míseros gafanhotos apoiados em palitos de fósforos. Vestiam trapos. Dormiam ao relento. Não tinham nem água nem pão. Pediam esmolas. Conseguiram migalhas. Recorriam aos monturos, a disputar com os urubus em situação mais afortunada, reunir calçados doados ao lixo e postos ao braseiro. Comiam retalhos de sola tostada como se fora do boi a própria carne. No desespero

comiam os próprios animais de carga e, de forma ainda mais degradante, casos houve em que jovens, ainda não totalmente descarnados, eram sacrificados pelos pais”. Diante desse quadro calamitoso, governo e sociedade, impotentes, se empenharam apenas em tentar atenuar a fome crônica, deixando levas de flagelados atulhados nas áreas suburbanas, a mendigar de porta em porta ou já sem forças nas calçadas à espera do alívio da morte.

Como se não bastasse o flagelo da seca, na segunda metade do verão de 1878, caiu sobre os miseráveis a peste variólica, tanto mais aterrorizante do que a falta d’água. Não se conheciam ou dispunham dos meios imunológicos para combater a epidemia, o que levou a um número cada vez maior de mortos, sem poupar classe social ou a cor da pele. Nessa difícil contingência, com o erário provincial já exaurido, somente ao Poder Central poder-se-ia recorrer, o que aconteceu por iniciativa da Assembléia Legislativa. Diante do caos instaurado e do apelo do Legislativo provincial, resolveu finalmente o Império dar mostras de sua existência. Recursos para a compra de víveres e uma comissão médica foram enviados a Fortaleza para tentar conter a doença e reduzir a fome da população afetada. No entanto, a burocracia, os desvios de recursos e a morosidade na distribuição dos alimentos fizeram com que a ajuda imperial tivesse pouca eficácia no alívio aos flagelados. A ajuda humanitária de outras províncias foi muito mais importante do que a ação do Governo Central. Enquanto isso, com o término do mandato parlamentar no final de 1877, o Padre Bessa evitou visitar o sertão de Limoeiro devastado pela seca e se fixou na povoação de Lucas, que era menos exposta aos rigores da falta de água devido a sua proximidade do mar.

Com efeito, os registros da Câmara Municipal referem-se aos efeitos calamitosos das secas de 1877-79 em Limoeiro, agravados pela invasão de flagelados vindos de municípios vizinhos e até do Rio Grande do Norte, em busca do mar (Aracati e Fortaleza). João Ennes, o primeiro intendente conta em relato de 11-ABR-1878 que

“ durante a atual seca, as estradas ficaram juncadas de cadáveres no trajeto de sua peregrinação, os famintos comendo até os cavalos pouco resistentes à estiagem (aos poucos foram substituídos pelos jumentos mais resistentes)”

Em outra carta, ele relata o estado das obras públicas mandadas executar para dar emprego aos flagelados (um açude em Tabuleiro da Areia) de grande utilidade por ficar próximo das estradas. A Câmara manda ativar as

obras do mercado público e da “estrada real” do Aracati e fazer reparos no adro da Igreja. Em Alto Santo (a terra do padre Bessa) foi construído um açude “*que margeia a localidade por onde passa a estrada para o Aracati*”. A propósito, segundo Câmara Cascudo, citado por Oliveira Lima (1996, pp. 426) “*.. o distrito limoeirense mais atingido pela seca foi Alto Santo, precisamente, a região que mais cria e produz*”. A Câmara de Limoeiro chegou a pedir um empréstimo de 4:000\$000 ao Presidente Estelita Cavalcante Pessoa para atender aos emigrantes de passagem por Limoeiro “com os filhos às costas e arrastando as parcas bagagens”.¹¹

O Governo provincial sob José Júlio de Albuquerque Barros (Barão de Sobral), que transcorreu de janeiro de 1878 a julho de 1880 quase nada fez a não ser administrar a calamidade da seca. Com o colapso da economia rural, os cofres públicos continuavam vazios e o Ceará vivia da caridade alheia, recebendo gêneros alimentícios expedidos de outras províncias e das tardias transferências de recursos do Governo Imperial. Ainda assim, o Governo Provincial canalizou suas parcas receitas para encampar a Via Férrea de Baturité (que estava em condição pré-falimentar), implantar o sistema de bondes (Cia. Ferrocarril Cearense) e ampliar a iluminação a gás ao Passeio Público mediante contrato firmado com uma empresa inglesa. Aos flagelados do interior aglomerados em Fortaleza, para conter a onda de criminalidade, o Governo providenciou a concentração dos imigrantes em oito acampamentos onde sob isolamento milhares deles recebiam magras rações de alimento sem as condições mínimas de higiene e saneamento, convertendo-se em leito de morte para um grande número de infelizes. Os mais afortunados conseguiram passagens nos navios a vapor para serem conduzidos à Amazônia.

Nesse ínterim, o Padre Bessa desempenhava suas atividades como coadjutor em Cascavel. O aparente progresso da povoação de Lucas e a enorme extensão do município de Cascavel despertaram no Padre o projeto de criar uma Freguesia autônoma na sua nova morada. Não se sabe se por

¹¹ Em um ofício dramático de 07-JAN-1878, João Ennes descreve: “*...assistimos a nossos irmãos caírem exalando os últimos suspiros, vendo nos olhos a fome; o armazém da comissão acha-se limpo de qualquer recurso, não se tendo onde obtê-lo em tão cruel quadra; é um lamentável espetáculo, cena digna de horror; solicitamos em nome desses infelizes o socorro para matar-lhes a fome e cobrir sua nudez; é impossível descrever o estado destas almas infelizes confinadas em sua dura sorte; pelo menos podemos ajudar para que procurem o litoral; é uma suplica filha do amor ao próximo*”.

iniciativa direta do padre Bessa, mas o fato é que o lugar Lucas foi desmembrado do Distrito de Sucatinga pela Provisão nº 1.795, de 3-JAN-1879, que criou o distrito de paz com o nome Beberibe, logo seguido de criação do respectivo distrito policial. Em 15-AGO-1880, o Padre Bessa apresenta abaixo-assinado ao Bispo do Ceará solicitando a criação da Paróquia de Lucas. A ousadia do pleito foi tão grande que o Bispo Dom Luiz Antônio dos Santos, conhecedor das inclinações políticas do Padre, indefere o pedido e adverte o capelão. Mesmo com o insucesso, o Padre Bessa não desiste e começa a articular apoio com as lideranças locais, mostrando-lhes as vantagens que teriam com a criação de uma Paróquia independente de Cascavel e a futura emancipação municipal. Sua ampla experiência no assunto e capacidade de persuasão acabam por mobilizar os proprietários rurais de Cascavel a lutar pela criação de mais uma Freguesia na região.

Em 2-OUT-1883, após intensa discussão legislativa na Assembléia Provincial foi sancionada pelo Presidente Sátiro de Oliveira Dias (21-AGO-1883 a JAN-1884) a Lei nº 2.039 elevando a então vila de Cascavel à categoria de cidade, sede do município de mesmo nome. A emancipação foi resultado do progresso material ocorrido na vila durante a segunda metade do século XIX, mas a participação do Padre Bessa no processo teria sido importante para garantir a tramitação e aprovação na Assembléia Legislativa. Em troca da ajuda, os políticos ligados a Cascavel aceitaram aprovar também a Lei nº 2.051, de 24-NOV-1883, que criou ao mesmo tempo o distrito de Beberibe no município de Cascavel e a freguesia (paróquia), compreendendo a povoação de Beberibe, o distrito de Sucatinga e parte do distrito de Paripueira, pertencente ao município de Aracati. Estava assim criada a Freguesia de Beberibe, conforme planejara o Padre Bessa. Todavia, o Bispo Dom Luiz Antônio dos Santos rejeitou sua nomeação para a nova paróquia. Para a função foi designado o Padre José Cândido de Queiroz Lima, que instalou a Paróquia em 08-MAR-1884. Contrariado, o Padre Bessa pediu afastamento da função de coadjutor em Cascavel (1º de abril de 1884).

Com a posse do novo Bispo Diocesano do Ceará, Dom Joaquim José Vieira (aos 24-FEV-1884) em substituição a Dom Luiz Antônio dos Santos, que o repreendera no episódio do abaixo-assinado em prol da Freguesia de Beberibe, o Padre Bessa não apenas recebeu a dignidade eclesiástica de Cônego (membro do Cabido Diocesano) como a designação para assumir a Paróquia de Beberibe (Ato de 21-JUL-1885) em substituição do Padre José Cândido de Queiroz Lima. Nessa posição ele permaneceria até 13 de abril de 1888, ocasião em que pediu afastamento por razões de saúde. Pelos relatos

familiares e conforme Bezerra Bessa (1998, p. 66), o velho padre “estava com depressão, obcecado por uma paranóia de perseguição”, talvez reflexo da longa militância política que ele exercera e das inimizades que certamente acumulara em suas lutas pela emancipação de municípios e criação de paróquias.

3. A Morte e o Legado do Cônego Bessa

Mesmo com seu afastamento das funções de Pároco, ainda encontramos o Padre Bessa assistindo a batizados e casamentos na Capela de N. S. da Penha em Paripueira, distrito de Beberibe, pelo menos até junho de 1890. Ele viria a falecer em Fortaleza aos 8 de outubro de 1890. O Cônego Bessa não viveu para testemunhar a emancipação municipal de Beberibe. Em 18-SET-1892, a Lei estadual nº 67 elevou o distrito a Vila desmembrada de Cascavel. O progresso material do distrito criara as bases para justificar a autonomia política, ratificada pela Lei nº 107, de 20-SET-1893, porém a participação do Cônego Bessa, como em Limoeiro, teria sido essencial para mobilizar as elites locais em torno do ideal da emancipação e orientar a tramitação do projeto de lei nos meandros da Assembléia Legislativa.

O súbito falecimento do Cônego Bessa foi manchete na edição do principal jornal de Fortaleza, “O Cearense” na sua edição de 10-OUT-1890. Sua morte foi noticiada como decorrência de suicídio:

“Suicídio. – Ante-hontem pela manhã suicidou-se n’esta capital o conego Francisco Ribeiro Bessa, maior de 60 annos, e vigario na freguezia de Beberibe, comarca de Cascavel. Há algum tempo o conego Bessa soffria de amollecimento cerebral e ultimamente tinha a mania de suicidio. Tendo-se passado para esta capital ha um mez mais ou menos, procurou restabelecer-se com o uso de passeios e banhos frios. Era em casa do nosso amigo Sr. Miguel Augusto Ferreira Leite que costumava banhar-se todas as manhãs chegando ali sempre acompanhando de duas pessoas, que o vigiavam. Ante-hontem, porem, a vigilancia de seus companheiros e os cuidados da gente da casa não poderam evitar que o inditoso conego realizasse o seu projecto, tantas vezes burlado. Chegando a casa de nosso amigo depois de ter se utilisado de alguns cajús, poudo illudir seus companheiros e precipitou-se dentro da cacimba, que era perto do banheiro. Socorrido immediatamente foi retirado de dentro do poço com uma perna fracturada e alguns ferimentos na cabeça. Compareceram à convite, os Srs. Drs. Moreira e Leite Barbosa, cujos esforços foram improficuos, tendo expirado cerca de du-

ras horas depois do desastre. Seu enterro foi bastante concorrido, pois era o conego Bessa muito estimado por quantos o conheciam. Paz a sua alma.”

Na edição do dia 14 de outubro, o mesmo Jornal ainda se referiu ao óbito: “*Sepultou-se no Cemitério de São João Baptista no dia 8: Conego Francisco Ribeiro Bessa, branco, 67 annos, Limoeiro, suicídio*”. Dada a sua importância como homem da Igreja e ex-deputado e conforme era praxe na época, teria sido publicado um necrológico. Porém, a exaustiva pesquisa realizada na Hemeroteca da Biblioteca Pública Menezes Pimentel em Fortaleza resultou infrutífera.¹²

Além de sua faceta como homem público e líder político, o Padre Bessa também se destacou por suas qualidades morais e humanitárias. Em uma época em que muitos sacerdotes não respeitavam o celibato e se amancebavam com mulheres brancas e/ou escravas, o Padre Bessa manteve uma reputação de seriedade e fiel cumprimento aos votos de castidade. Em nenhum dos documentos arrolados e/ou nos relatos da tradição familiar nada foi encontrado que lhe desmereça a ilibada conduta. A sua fortuna pessoal, razoável para o meio rural do século XIX, foi utilizada ao longo de sua vida para ajudar os mais pobres, em especial os parentes necessitados, viúvas e órfãos a quem sempre procurou amparar. Segundo relatos familiares, diversos jovens e crianças receberam o apoio do Padre Bessa sob a forma de semi-adoção e auxílios para aprender as primeiras letras. De especial interesse para a genealogia da família Bessa foi a custódia que o Padre assumiu de seus sobrinhos-netos órfãos nascidos em Alto Santo, os quais ficaram sob sua guarda em Limoeiro e em Beberibe e depois de homens feitos se tornaram tronco dos chamados Bessas de Beberibe, de numerosa descendência.

Conforme foi referido acima, o Padre Bessa crescera com o apoio do irmão e padrinho Ignacio Ribeiro Bessa que o ajudara a estudar e preparar-se para o Seminário durante a década de 1840-50. Em sua casa em Russas, ele vira nascer e crescer muitos de seus filhos e filhas. Uma delas, Francisca Liberalina de Holanda Bessa, nascida em 6-FEV-1843, ganharia uma estima

¹² A versão do suicídio para a morte súbita do Cônego Bessa nunca foi aceita pela família talvez pelo estigma ou repulsa que esse gesto tende a gerar. Os relatos de família referem-se sempre a um acidente como causa da morte. No entanto, pela interpretação que se pode fazer, o Cônego esteve acometido de forte depressão nervosa do tipo psicógena cujo efeito extremo é o impulso ao suicídio. A causa dessa depressão pode ser atribuída a uma situação de perda ou desgosto ou estar ligada a um conflito neurótico.

especial do tio sacerdote. Ele próprio oficiaria o seu casamento em 29-NOV-1858 na fazenda Alagoa dos Bois em Alto Santo da Viúva, local de nascimento do Padre Bessa. A jovem, ainda com seus 15 anos, casou-se com Manuel Gaudêncio de Oliveira, filho de Reinaldo Gaudêncio de Oliveira e Antonia Micaela Holanda, naturais da cidade de Apodi no Rio Grande do Norte, próximo à divisa com o Ceará. Do enlace nasceram muitos filhos, dos quais sobreviveriam Octavio (nascido em 27-MAR-1866), Horácio, Ignacio, Francisco e João. Ocorre que, por ironia do destino, em meio às precárias condições sanitárias da vida no sertão semi-árido, tanto o marido de Liberalina quanto ela própria adoeceram gravemente, morrendo primeiro ele, logo seguido por ela, que expirou em 7-FEV-1875¹³. A notícia da morte da sobrinha e da orfandade dos sobrinhos-netos abalou o Padre Bessa. Sem demora, ele mandou gente de sua confiança a Alto Santo para recolher as crianças e conduzi-las a sua casa em Limoeiro onde ficariam sob sua custódia e cuidados. No entanto, dos cinco sobrinhos, dois (Francisco e João) também acometidos de outras enfermidades não sobreviveram, vindo a falecer anos depois.

Além dos netos de seu irmão Ignacio Ribeiro Bessa, a memória familiar registra que o Cônego Bessa também teria criado uma outra sobrinha, Maria Cavalcante Ribeiro Bessa, “Mariquinha” (nascida em Portalegre, Rio Grande do Norte, em 1862, e falecida em 1943), filha de sua sobrinha Carmina Emília de Moraes Bessa e (filha, por sua vez, de seu irmão José Ribeiro Bessa) e Manoel Liberato de Moraes. Tal qual os primos acima referidos, Maria recebeu a educação que era de praxe (as primeiras letras) e somente deixou a guarda do Padre Bessa quando casou-se com o seu primo, o capitão José Alberto Cavalcante de Moraes, e foi morar em Portalegre. Desse enlace se gerou numerosa descendência hoje disseminada pelo Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba. Maria teria sido amparada pelo Padre Bessa na época da seca de 1877-79, quando o flagelo no sertão potiguar levou a sua família a se desgarrar. Conforme a entrevista que realizei, ficou evidenciada que a atitude caridosa do Padre Bessa de assumir a custódia de Mariquinha ainda está

¹³ Conforme relatos de família, Liberalina teria sido vitimada pela “barriga d’água”, nome popular da ascite, uma doença que se caracteriza pelo acúmulo de líquido na cavidade abdominal. Trata-se de uma moléstia típica de áreas rurais com deficiências de saneamento básico. Certamente, a precariedade do tratamento médico no sertão de Alto Santo naquela época é que teria levado ao prematuro óbito.

muito forte na memória dos seus descendentes radicados em ou provenientes de Quixadá (CE) e Portalegre (RN).

Os sobrinhos-netos acompanharam o Padre Bessa quando de sua transferência para a Freguesia de Cascavel onde ele fixou residência, em abril de 1878, na povoação de Lucas (Beberibe). Os três receberiam a educação básica e se dedicariam às atividades agrícola e mercantil. O mais velho, Octavio logo que completou 18 anos (1884) manifestou o desejo ao tio de tentar a sorte na Amazônia. As notícias da prosperidade trazida pelas exportações da borracha no Pará desde o início da década de 1880 atraíam comerciantes e empresários, membros da embrionária classe média do Brasil. Conforme mencionado por Weinstein (1993, p. 94),

“... aspirantes a comerciantes e a funcionário público do Maranhão já vinham se deslocando aos bandos em direção ao Pará, desde o início da era da borracha (1850), e a eles se juntaram, mais tarde “homens de negócios” do Ceará, Pernambuco e até mesmo da Bahia. Ao contrário dos miseráveis retirantes nordestinos, recrutados para trabalhar nos seringais de rio acima [como durante a seca de 1877-79], estes migrantes mais bem afortunados em geral, chagavam ao Pará com algum dinheiro, mercadorias ou boas relações”.

Assim, Octavio Ribeiro Bessa, deixa a vila de Beberibe com alguns de seus primos e conterrâneos de Alto Santo e parte de navio para a Província do Pará em busca de fortuna na comercialização da borracha extraída dos seringais da selva amazônica.

Segundo reza a tradição familiar, ele retornou três anos depois a Beberibe como um típico “paroara” (nordestino bem-sucedido na Amazônia que volta à terra natal com dinheiro para se estabelecer no comércio ou na agricultura), pois estava de posse de razoável quantia amealhada no negócio da borracha. Com esse dinheiro, Octavio adquiriu terras e passou a dedicar-se à lavoura de cana (engenhos de rapadura e aguardente), criação de gado e ao comércio atacadista. O Cônego Bessa não tardou em escolher uma esposa para ele no seio da elite de Beberibe. A escolhida foi a jovem Francisca Xavier Costa então com 14 anos, filha do capitão Francisco Xavier da Costa e Messias Delmiro de Jesus, grandes proprietários de terras em Beberibe e Fortaleza. Em 11-FEV-1888, ela e Octavio casaram-se na Igreja Matriz da Vila de Beberibe, sendo celebrante do casamento o tio e padrinho do noivo Cônego Francisco Ribeiro Bessa, Vigário daquela Paróquia. Deste enlace nasceriam 18 filhos, dos quais 14 sobreviveriam. O Irmão de Octavio, Horá-

cio de Oliveira Bessa, casaria anos depois com Raimunda Xavier da Costa, irmã de Francisca.

Logo depois, a 13-ABR-1888, o Cônego Francisco Ribeiro Bessa pede exoneração da paróquia de Beberibe por motivo de doença e passa a dividir o tempo entre Beberibe e a casa que mantinha em Fortaleza a fim de fazer tratamento médico. A 17-JUL-1889, nasce na vila de Beberibe o filho primogênito do afilhado Octavio Ribeiro Bessa, Horácio, ao qual se seguiriam 17 irmãos. Ele passa a chamar-se Horácio Bessa Sobrinho em homenagem ao tio Horácio de Oliveira Bessa, irmão de seu pai Octavio. O batizado pelas mãos do padre Aprígio Justiniano Barbosa de Moraes (vigário de Beberibe desde o afastamento do Cônego Bessa) se deu no dia 19 de agosto na Igreja Matriz da Vila, tendo como padrinhos os avós maternos Francisco Xavier da Costa e Messias Delmiro de Jesus. O estado de saúde do Cônego Bessa se agrava a partir de junho de 1890 quando ele deixa de officiar os últimos sacramentos na Capela de Paripueira. A 21 de agosto daquele ano, o Cônego, já “*doente mas no gozo perfeito de suas faculdades mentais*” reúne cinco testemunhas e o escrivão de Paz João Tibúrcio de Oliveira em sua casa em Beberibe para registrar sua vontade final em testamento quanto à disposição de seus bens após a morte.

Octavio, no cumprimento das disposições do falecido, procedeu ao respectivo enterro solene. No terceiro e sétimo dias, mandou celebrar missas e sufrágios pela sua alma, tanto em Fortaleza como em Beberibe. Em seguida, mandou rezar mais vinte e cinco missas que o inventariado deixara de celebrar e cuja celebração recomendara precisamente. Posteriormente, mandou ainda celebrar as duas “capelas” de missas recomendadas no testamento. A única coisa que não foi atendida foi o sepultamento no Cemitério de Beberibe. Devido à aproximação da estação invernososa (e a distância de 70 km), Octavio mandou levantar a catacumba sobre o túmulo do Cônego no próprio Cemitério de São João Batista em Fortaleza, tendo contratado as respectivas obras a um empreiteiro pela quantia de 250\$000.

Terminada a descrição e avaliação dos bens e ouvida a Fazenda Pública, passaram o inventariante e herdeiros a proceder a partilha dos bens do inventário de acordo com as disposições testamentárias. Somados todos os bens descritos resultou numa quantia total de 8:340\$000, da qual foram deduzidas as despesas com o funeral e todas as demais realizadas em cumprimento das disposições testamentárias e à liquidação das dívidas com os credores. Abatida essa quantia do montante total restou o montante líquido

6:295\$450. Desse foram ainda descontados outros itens de sorte que resultou um montante partível de 4:553\$710, dividido em seis partes iguais (por serem seis os irmãos do finado inventariado, de modo que cada quinhão hereditário recebeu a quantia de 759\$785.

A propósito dos bens do Cônego Bessa, cabe salientar que seu patrimônio foi muito maior do que o montante partilhado no inventário, pois além de gado, ele possuía escravos, terras e casas em Limoeiro e Alto Santo, uma casa de morada em Beberibe e terrenos e chácara em Fortaleza (o Sítio Tauhape, no atual Bairro de Joaquim Távora onde faleceu). A abolição da escravatura no Ceará (em 25-MAR-1884) implicara extinção de ativos, pois os escravos (considerados bens semoventes) por força de lei deixaram de compor o patrimônio de seus antigos senhores sem compensação oficial. Pelo fato dos bens imóveis não terem sido arrolados no inventário, pode-se concluir que o Cônego teria se desfeito deles ainda em vida. Curiosamente, o afilhado Octavio escolhido segundo inventariante, a não ser por ressarcimento de dívidas, nada recebe formalmente na partilha dos bens efetuada. No entanto, a julgar pelo inventário do próprio Octavio (processado após sua morte em 1920), o tio padre já lhe doara em vida diversos bens de raiz. Além disso, a memória familiar refere-se ao fato (não comprovado) de que, logo após o enterro do Cônego, Octavio teria levado para Beberibe, em diversos carros de boi, valores na forma de dinheiro, barras de ouro e jóias. Presume-se que teria sido com tal pecúlio adicional que Octavio se tornaria um dos comerciantes e fazendeiros mais abastados de Beberibe e adjacências.

Pela importância das ações do Cônego Bessa, seja na política, no sacerdócio e na vida privada pode-se entender finalmente as razões pelas quais ele deixou traços indeléveis na tradição oral familiar, contribuindo não apenas para preservar a memória genealógica, pelo referencial de sua figura como pessoa notória e ilustre, como também por causa da proteção e amparo que ele proporcionou a parentes órfãos a quem ajudou a vencer na vida e a constituir famílias bem estruturadas. Essa memória de um homem da Igreja, de reputação inatacável e gestos de desprendimento certamente contribuiu para inspirar e fortalecer a vocação de alguns membros da família Bessa para a vida religiosa, a exemplo de seu sobrinho-bisneto, Pompeu Bezerra Bessa, emérito Bispo de Limoeiro (nascido em Alto Santo em 1923), e de suas sobrinhas-trinetas, Maria Juraci Campelo Bessa (nascida em Cascavel em 1919), a irmã Maria Emanuela de São José, do Convento das Carmelitas na cidade de Fortaleza, e Maria Leda Bessa Nogueira (nascida em 1925), irmã da Ordem de São Vicente de Paula, radicada em São Paulo. Finalmente, co-

mo prova do reconhecimento público, a principal rua de Limoeiro, que nasce ao lado Matriz, traz merecidamente o nome de Cônego Bessa, o criador da Freguesia e da Vila de Limoeiro e seu primeiro Pároco. Existe também em Fortaleza, no atual bairro de Joaquim Távora, onde faleceu, uma rua transversal da Visconde do Rio Branco, que leva o nome do Cônego Bessa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAGÃO, Raimundo Batista. *História do Ceará*. 2ª Edição. Fortaleza, 1994 v. 3.
- BESSA, Dom Pompeu Bezerra. *A Antiga Freguesia do Limoeiro: Notas para sua História*. Fortaleza, Premius, 1998.
- MAIA, José Nelson Bessa *et al.* *Cascavel 300 Anos*. Fortaleza: Fundação Edson Queiroz - UNIFOR, 1994.
- BEZERRA, Antonio. *Algumas Origens do Ceará*. Rio de Janeiro, 1917. Fortaleza, [reedição] Fac-Símile, 1986.
- BRANCO, Monsenhor João Olímpio Castello. *O Limoeiro da Igreja: a História de Limoeiro do Norte a Partir de seus Párcos*. Fortaleza: Minerva, 1995.
- BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Fortaleza, 1864, [reedição] Fac-Símile, 1997.
- BRÍGIDO, João. *Ceará: Homens e Factos*. Rio de Janeiro, 1919.
- CARVALHO, Otamar. *A Economia Política do Nordeste: Secas, Irrigação e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1984.
- idem.* *Geografia Estética de Fortaleza*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1979.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: Declínio e Queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- LEAL, Vinícius Barros. *A Colonização Portuguesa no Ceará*. UFC: Casa José de Alencar, 1993.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As Razões de Uma Cidade: Conflito de Hegemonias*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.
- LIMA, Lauro de Oliveira. *Na Ribeira do Rio das Onças*. Fortaleza: Assis Almeida, 1997.
- MENDES, Nuno Canas. *Descubra as suas Raízes*. Lisboa: Lyon Multimédia Edições, 1996.

- NOBRE, Geraldo da Silva. *O Centenário de Morada Nova*. Fortaleza: UFC Programa Editorial, 1976.
- NOGUEIRA, Monsenhor Severiano Leite. *O Seminário de Olinda: e seu Fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: FUNDARPE, 1985.
- ROCHA, Limério Moreira da. *Russas: sua Origem, sua Gente, sua História*. Fortaleza, 1981.
- SIMÃO, Marum. *Quixeramobim: Recompondo a História*. Fortaleza: Multi-graf, 1996.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.
- SOUSA, Simone de Oliveira. [Coord.] *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.
- STUDART, Guilherme. *Diccionario Biobibliográfico Cearense*. Fortaleza, 1913, [reedição] Fac-Símile, UFC:Imprensa Universitária., 1974.
- WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

PERIÓDICOS CONSULTADOS

- **O Cearense** (jornal de Fortaleza) – edições de 1862-1872, 1890

PESSOAS ENTREVISTADAS

- **Maria Itamê Bessa Maia**
- **Monsenhor João Olímpio Castello Branco**
- **Evânio Reis Bessa**
- **Coronel Adail Bessa Queiroz**

ÓRGÃOS VISITADOS PARA PESQUISA

- **Arquivo Público do Ceará**
- **Arquivo Distrital do Porto, Portugal**
- **Biblioteca Pública Menezes Pimentel**
- **Instituto Histórico do Ceará**
- **Arquivo Diocesano de Fortaleza**
- **Arquivo Diocesano de Limoeiro**
- **Fórum de Cascavel**
- **Fórum de Russas**
- **Arquivo Pessoal do Emérito Bispo de Limoeiro, D. Pompeu Bezerra Bessa**